



## O estado e a luta cotidiana

*The State and Everyday Struggle*

John Holloway<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Autônoma de Puebla, Cidade do México, México.

### Versão original:

John Holloway (1991) "*The State and Everyday Struggle*". In.: Simon Clarke, "The State Debate". Pallgrave Macmillan, pp. 225-269.

### Tradução

Júlia Lenzi Silva, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: julialenzisilva@gmail.com

Flávio Roberto Batista, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: flavio@usp.br



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



**Resumo**

O artigo tem o objetivo de contextualizar o estado na teoria das formas sociais, mais especificamente em seu tratamento como formas-processos. Com isso, há uma sofisticação na teoria da derivação do estado que permite dar início a um debate sobre como aqueles que são críticos do estado podem comportar-se perante ele em sua vida cotidiana.

**Palavras-chave:** Estado; Teoria da derivação do estado; Forma sociais; Formas-processos.

**Abstract**

The article aims to contextualize the state in the theory of social forms, more specifically in its treatment as forms-processes. With this, there is a sophistication in the theory of derivation of the state that allows us to begin a debate about how those who are critical of the state can behave before it in their daily lives.

**Keywords:** State; Theory of derivation of the state; Social forms; Forms-processes.



## Introdução

Os últimos quinze anos, aproximadamente, assistiram o rápido desenvolvimento de novas formas de luta da classe trabalhadora em torno do estado<sup>1 2</sup>. A frente de batalha entre a classe trabalhadora e o estado foi estendida muito além do que é por vezes pensado como as áreas tradicionais de conflito – conflito sobre regulação dos salários e condições de trabalho e conflito com a parte abertamente repressiva do aparato de estado. O crescimento e, especialmente, a retração do “estado de bem-estar social” trouxe um enorme crescimento nas lutas em torno do papel do estado em moradia, saúde, transporte, educação, etc. Muitas dessas lutas foram travadas fora dos limites das formas tradicionais de organização da classe trabalhadora: o partido e a organização sindical frequentemente parecem periféricos aos assuntos envolvidos. Houve um sentido de desenvolvimento de novas formas de luta contra o estado, mas também, frequentemente, considerável confusão a respeito de como entender o estado de que essas lutas se ocupam.

O desenvolvimento de novas formas de luta da classe trabalhadora é a contrapartida do próprio desenvolvimento do estado. O crescimento do “estado de bem-estar social” e da “intervenção do estado” e o aumento do emprego público significaram um aumento da penetração do Estado na vida cotidiana. Mais de um quarto da população trabalhadora na Grã-Bretanha está agora empregada pelo estado e em contato diário com o estado como seu empregador. Para muitos destes (especialmente

<sup>1</sup> Este artigo é a formulação individual do resultado de muitas discussões coletivas dentro da moldura do CSE. Em particular, é um desenvolvimento crítico de dois artigos anteriores, um de autoria do Grupo de cortes do CSE de Edimburgo sobre “A crise do Estado e a luta contra as formas burguesas”, e um de minha autoria sobre “O Estado e as práticas de classe”. Seria desonesto não esclarecer minha dívida considerável com o trabalho feito em cooperação com Sol Picciotto, com o Grupo de cortes da CSE de Edimburgo (John Macdonald, Richard Paine, Olga Stassinopoulou) e com o Grupo de retorno do fim de semana Londres-Edimburgo (Cynthia Cockburn, Neil McInnes, Jeannette Mitchell, Kathy Polanshek), bem como com aqueles que assumiram o problema de escrever comentários substanciais aos artigos anteriores: Simon Clarke, James Donald, Bem Fine, Bob Fine, o grupo de Estado de Frankfurt, Bob Jessop e Mike Williams. Como a maioria dos comentários foram críticos, está claro que a responsabilidade pelo artigo permanece minha. Algumas das ideias esboçadas aqui são desenvolvidas mais completamente em *Edinburgh (1978)*, *London-Edinburgh (1979)* e *Holloway (1979)*, embora o presente artigo seja crítico das versões anteriores em muitos aspectos.

<sup>2</sup> Como o próprio autor menciona, este é um artigo de trabalho, ou seja, uma publicação de ideias e teses ainda em estado de maturação teórica, tendo o propósito de submetê-las ao escrutínio público e ao debate acadêmico, como parte essencial do desenvolvimento da ciência. Quando foi possível, optamos por traduzir, de forma literal, os nomes dos grupos de pesquisas, institucionais ou não, cujos participantes contribuíram com críticas a esse manuscrito, para que o texto fizesse sentido. Entretanto, foi mantida a referência original na bibliografia para possibilitar sua eventual localização. Em especial, convém destacar que a sigla CSE, referida na nota anterior e em diversos dos textos trazidos como referência, significa “Conference of Social Economists”, ou, em português “Conferência de Economistas Sociais” [N.T].



aqueles empregados no serviço público, e não nas indústrias nacionalizadas), o fato de que eles são empregados pelo estado (e não por um capital individual) é de importância fundamental para a natureza de sua atividade diária. Mas claramente não são somente os empregados do estado que são afetados: trabalhadores não empregados pelo estado travam contato direto de forma muito mais frequente com o aparato de Estado do que se dava anteriormente. Isto é mais evidentemente verdadeiro para as várias atividades que afetam a reprodução da força de trabalho: educação, saúde, bem-estar social, moradia – todas estas colocam o trabalhador em constante contato direto com as várias partes do aparato de estado. Isto também é verdadeiro para a esfera imediata da produção. Embora o adversário imediato dos trabalhadores empregados por capitais individuais ainda seja o capitalista individual, a relação entre o capitalista e o trabalhador é crescentemente influenciada pelo estado: por meio da política de pagamento de salários, da garantia de subsídios e empréstimos condicionados ao “bom comportamento”, acordos de planejamento, regulações de segurança, etc. *Para mais e mais socialistas, o estado se tornou um problema da prática cotidiana.*

Indubitavelmente, são estes desenvolvimentos que contam para o grande surto de interesse pela teoria Marxista do estado nos últimos anos. Para os socialistas trazidos por seu emprego ou atividade política para o contato direto e rotineiro com as várias agências do estado, uma compreensão do estado é um problema de significância prática direta para suas vidas cotidianas. E ainda é difícil ver que suporte prático eles podem ter tirado dos debates recentes sobre teoria do estado. Isso não se deve apenas à língua em que os debates foram conduzidos, um fator que torna até as melhores contribuições teóricas bastante inacessível; deve-se também às questões a que os teóricos se dirigiram: em que sentido o estado é um estado capitalista? Quais são os limites estruturais à ação do estado? Como os gastos do estado se relacionam com a reprodução do capital? De que maneira o desenvolvimento do estado é determinado pelas leis de movimento do capital? Todas essas questões são muito importantes, mas sua relação com a prática política dos socialistas que trabalham no e em torno do estado é muito indireta. A discussão do papel dos gastos do estado em serviços sociais na reprodução do capital, por exemplo, certamente tem implicações políticas de natureza geral, mas é difícil ver sua relevância para a prática “das nove às cinco<sup>3</sup>” de um

---

<sup>3</sup> Referência à jornada de trabalho cumprida no âmbito das agências estatais prestadoras de serviços sociais [N.T.].



trabalhador dos serviços sociais do estado. Novamente é difícil ver como o conhecimento de que o estado é um estado capitalista ou a palavra de ordem para “destruir o estado” pode guiar o professor socialista em sua confrontação diária com seus pupilos. Muito da produção teórica sobre o estado tendeu a se aproximar do assunto “de cima”, tentando fornecer respostas às questões que a teoria burguesa falhou em solucionar; ou, na medida em que discutiu explicitamente as implicações da análise do estado para a ação da classe trabalhadora, ela tendeu a conceituar a luta da classe trabalhadora somente em termos de estratégia de partido. Consequentemente, embora o ressurgimento da teoria marxista do estado tenha recebido indubitavelmente muito de seu ímpeto e apoio do desenvolvimento de novas formas de luta (geralmente luta não partidária) em torno do estado e das preocupações do grande número de socialistas em envolvimento cotidiano com o estado, não parece provável que o trabalho dos teóricos tenha contribuído muito para o desenvolvimento daquelas formas de luta.<sup>4</sup>

O que nós precisamos é de uma teoria do estado como a prática de classe da burguesia dia após dia. Se a teoria do estado deve ter alguma significância para aqueles em envolvimento diário com o estado, ela deve ser apta a jogar luz no desenvolvimento das práticas de classe implícitas no estado e nas possibilidades de contra-atacá-las.

Este artigo não almeja resolver estes problemas; mas ele objetiva desenvolver, ainda de forma rudimentar, uma moldura na qual possamos começar a falar sobre a prática cotidiana do estado e as lutas cotidianas dos socialistas contra o estado.

## **O Estado como uma Forma de Relações Sociais**

1. A fim de responder esta questão, isto é, para entender o estado como uma forma de prática cotidiana da classe burguesa, devemos tentar arquitetar, de forma mais explícita, sobre experiências recentes de luta de classe contra e em torno do estado. Isto não é

---

<sup>4</sup> A falta de contato entre o desenvolvimento recente na teoria do estado e as lutas que estão se desenrolando em torno do estado é colocada em evidência por algumas das análises das lutas em torno do estado que apareceram nos últimos anos. Embora estas análises frequentemente deem relatos excelentes de lutas particulares, sempre que os autores tentaram teorizar sua experiência, eles o fizeram a partir da referência ao trabalho dos teóricos do estado e o resultado não surpreendentemente foi insatisfatório. O livro merecidamente popular de Cynthia Cockburn sobre *O Estado Local* (1977), com sua combinação de um relato muito estimulante das lutas por moradia em Londres e sua bastante inadequada confiança teórica em uma amálgama de Miliband e Poulantzas é um exemplo excelente disso.



sugerir uma posição antiteórica ou uma rejeição completa dos últimos anos de debate sobre a natureza do estado. Ao contrário, as deficiências dos relatos recentes de lutas particulares em torno do estado sublinham a importância de desenvolver, de forma muito mais clara, certos conceitos empregados ou implicados no que há de melhor no trabalho recente sobre o estado: a saber, os conceitos de fetichização e forma estado, e a distinção entre forma estado e aparato de estado. A tarefa não é rejeitar a teoria do estado, mas extrair e desenvolver as implicações políticas de alguns desenvolvimentos recentes. Refiro-me, em particular, ao recente debate sobre a “derivação do estado” que se desenvolveu na Alemanha Ocidental e que agora foi retomado em outros países.<sup>5</sup> Os acadêmicos alemães, fiéis a suas tradições históricas, foram adeptos de teorizar de forma altamente abstrata as lutas concretas dos outros. Mesmo não extraíndo sempre as implicações políticas de seu trabalho, eles criaram um novo quadro para nossa compreensão do estado, um quadro que, se propriamente desenvolvido, pode permitir que nos movamos em direção a um entendimento do estado como prática de classe.

2. O ponto inicial do debate alemão era a crítica daqueles teóricos (neste caso Offe e Habermas) que separaram o estudo da política da análise da acumulação do capital. Entretanto, ao invés de simplesmente reiterar a conexão entre capital e o estado, os participantes do debate aceitaram a separação da economia e da política e tentaram estabelecer, lógica e historicamente, a fundação daquela separação no caráter capitalista das relações de produção. Eles argumentaram que, a fim de entender a “autonomia relativa do estado” – ou, melhor, a separação ou particularização do estado frente à economia – é necessário derivar aquela “autonomia relativa” (particularização, separação) da estrutura básica das relações de produção capitalistas: para entender a relação entre duas “coisas”, é necessário entender sua unidade.

Em *O Capital*, Marx desenvolve sua crítica da economia política burguesa a partir das formas mais básicas de relações sociais capitalistas. A fim de entender a relação entre o estado e o capital, é necessário estender aquele procedimento à crítica das categorias da ciência política burguesa. Elas também devem ser derivadas da estrutura básica das relações sociais sob o capitalismo. A tentativa de derivar o estado do capital (o foco do debate alemão) não é uma tentativa de derivar a política da economia, mas a

---

<sup>5</sup> Para um relato mais abrangente do debate, uma avaliação de seu significado que não enfatiza exatamente os mesmos pontos que este artigo, e para uma tradução para o Inglês das contribuições mais importantes para o debate, ver Holloway e Picciotto, 1978.



separação da política e da economia (e, portanto, derivar tanto a política quanto a economia em sua existência constitutiva separada – já que é apenas sua separação que as constitui como “política” e “economia”) da estrutura das relações sociais de produção capitalista, isto é, da forma histórica particular da exploração de classe. A tarefa não é desenvolver uma teoria “econômica” ou “reducionista” do estado, mas desenvolver o método de Marx na crítica *materialista* da economia política para construir uma crítica *materialista* da política. O estado, em outras palavras, não é uma superestrutura a ser explicada pela referência à base econômica. Como o valor, o dinheiro, etc., é uma forma historicamente específica das relações sociais. Como uma categoria da ciência política, o estado é uma forma de pensamento com validade social que expressa as características de uma forma distinta assumida pelas relações sociais da sociedade burguesa:

Tais formas constituem pois as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias. (*O Capital*, v. I, t. I, 1996, p. 201).<sup>6</sup>

O debate alemão diz respeito ao desenvolvimento do método de Marx na crítica da forma-valor, da forma-dinheiro etc., para elaborar uma crítica materialista da forma-estado.<sup>7</sup>

Uma crítica materialista não é apenas um processo analítico; não é apenas uma questão de atravessar a forma estado e desmascarar seu conteúdo como estado capitalista. É também o que Rubin chama de um processo dialético (1927/1978, pp. 109 ss.), um processo de derivação (lógica e historicamente) da gênese daquela forma das formas mais básicas de relações sociais. Em verdade, Marx distinguia seu método do método dos economistas políticos burgueses precisamente nessas bases:

A Economia Política analisou, de fato, embora incompletamente, valor e grandeza de valor e o conteúdo oculto nessas formas. Mas nunca chegou a perguntar por que esse conteúdo assume aquela forma, por quê, portanto, o trabalho se representa pelo valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração, pela grandeza do valor do produto de trabalho (*O Capital*, v. I, t. I, 1996, p. 205).

<sup>6</sup> Considerando que o original cita *O Capital* a partir de uma edição em inglês publicada na Rússia pela Editorial Progresso, considerou-se que seria mais preciso substituir as traduções das citações como lançadas no original por citações de uma edição brasileira feita diretamente a partir do alemão, referida ao final na bibliografia [N.T.].

<sup>7</sup> Note-se que o termo “forma estado” neste artigo refere-se ao estado entendido como uma forma das relações sociais, e não ao que nós podemos chamar do “tipo” de estado (isto é, o estado fascista como oposto ao estado democrático). Nota do tradutor: esta nota seria desnecessária em português. Ela é imprescindível aqui porque não há diferença linguística, em inglês, entre o que chamaríamos de “forma estado” e “forma do estado”.



De acordo com isso, a tarefa que os teóricos alemães se atribuíram não era apenas descobrir “o que se encontra abaixo” da forma estado (o fato de que é um estado capitalista), mas derivar aquela forma (a existência do estado como uma instância particular, separada da economia) das relações capitalistas da mercadoria. O debate produziu várias respostas, mas a abordagem mais frutífera parece ser aquela de Hirsch (1978a), que deriva a particularização do estado do fato de que, sob o capitalismo, a exploração da classe trabalhadora pela classe dominante é mediada pela compra e venda de força de trabalho como uma mercadoria. Decorre da natureza desta forma de exploração que a coerção social essencial para a dominação de classe não pode ser diretamente associada ao processo imediato de exploração, mas deve ser localizada numa instância separada dos capitais individuais – o estado. A existência do estado como uma instância separada é, portanto, dependente da relação de capital e sua reprodução é dependente da reprodução do capital. Nesta perspectiva, a existência da política e da economia (pois é somente sua separação que constitui suas existências como esferas distintas) não é nada mais que uma expressão da forma histórica particular de exploração (a mediação da exploração por meio da troca de mercadorias). A política e a economia são, portanto, momentos separados da relação de capital.

3. Onde o debate alemão e seus desenvolvimentos subsequentes nos levam?<sup>8</sup> De que maneira ele provê uma base para teorizar o estado de maneira mais adequada à fase atual da luta de classes? Um dos problemas do debate é que suas implicações políticas nunca são discutidas abertamente pelos autores. Isto, combinado com o fato de que os autores nem sempre fazem uma distinção clara entre “materialista” e “econômico”, deixou seus trabalhos abertos a várias interpretações e desenvolvimentos (tanto pelos “apoiadores” dessa abordagem quanto por seus críticos, e até pelos próprios autores em seus trabalhos subsequentes) que frequentemente obscurecem a significância de analisar a relação entre estado e capital.

Um de tais mal-entendidos é enxergar o debate sobre a relação entre capital e estado como sendo concernente apenas ao “papel econômico do estado”. Portanto, por exemplo, Poulantzas, referindo-se ao debater, pode enaltecer o “trabalho sobre o estado na Alemanha, onde a discussão marxista do papel econômico do estado é

---

<sup>8</sup> Esta é uma questão para a qual os próprios participantes do debate alemão não deram uma resposta clara.





provavelmente a mais avançada na Europa” (1976, p. 81). Um mal-entendido diferente, mas relacionado, é a acusação de “determinismo econômico” ou “reducionismo econômico”: nesta visão, a tentativa de relacionar o estado ao capital é uma tentativa de “reduzir” a política à economia, o que ignora a “autonomia relativa do estado”.

Estas duas reações ao debate alemão vêm, na verdade, de uma perspectiva que baseia sua análise da política na “autonomia relativa do estado”. Enquanto a última resposta é uma rejeição direta da abordagem da “derivação do estado”, a primeira é muito mais insidiosa: ao invés de confrontar a abordagem da “derivação do estado” como incompatível com suas próprias premissas, ela procura casualmente integrar a abordagem restringindo-a a uma área específica – “o papel econômico do estado”. O que as duas reações têm em comum é uma concepção estreita de capital e das relações de produção. O capital é visto, se não como uma coisa, então, na melhor das hipóteses, como uma relação econômica, ao invés de como uma forma historicamente específica das relações de dominação de classe. Mas, como Marx apontou:

Mas o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social, pertencente a determinada formação sócio-histórica que se representa numa coisa e dá um carácter especificamente social a essa coisa (O Capital, v. III, t. II, 1996, p. 269).

Analisando o estado como um momento da relação de capital estamos, portanto, analisando seu lugar nas relações de produção do capitalismo. Isto é muito importante, porque é a única maneira pela qual o desenvolvimento do estado pode ser analisado como parte do desenvolvimento total do modo de produção capitalista.

Entretanto, ver o estado como um momento das relações de produção está muito distante de “reduzir” o estado à economia. É crucial, aqui, a conceituação das “relações de produção”<sup>9</sup>. Para Marx, as relações de produção não são simplesmente relações do processo imediato de trabalho, mas são as relações constituídas pelo processo de valorização, relações de um processo total de produção social. As relações de produção não são distintas da sociedade: antes

As relações de produção na sua totalidade formam aquilo a que se dá o nome de relações sociais, a sociedade, e na verdade uma sociedade num estágio determinado, histórico, de desenvolvimento, uma sociedade com carácter peculiar, diferenciado (Marx, 1982, pp. 40-41).

---

<sup>9</sup> Sobre o contraste entre o conceito de Marx de “relações de produção” e o de Poulantzas, ver Clarke (1977).



Como Lukács apontou (1978, p. 20), o ponto de partida de Marx é a “soma total das relações de produção”; é somente o materialismo vulgar (do período da Segunda Internacional até o período de Stálin e suas consequências) que fez da relação entre a economia e os outros aspectos da sociedade uma relação unilateral e diretamente causal.

Muitas das teorias do renascimento marxista têm procurado escapar da herança do materialismo vulgar. Isto não foi simplesmente um movimento de ideias. Todas as novas formas de luta referidas na Introdução clamam por uma análise que possa relacioná-las à dinâmica do capitalismo como um sistema total, e não as reduzir a mero epifenômeno incidental da luta “real” na “esfera de produção”.

É nesse contexto que devemos ver a popularidade das teorias que enfatizam a “autonomia relativa” do estado, a ideologia, e ainda mais da acumulação capitalista. Neste tipo de visão, a noção de relações de produção é limitada à estreita esfera da produção direta de mercadorias, o que Marx chamou de “processo imediato de produção”. Dado esse conceito estreito de produção (um conceito derivado, na verdade, dos materialistas vulgares que eles criticam), o estado é então visto como sendo *externo* às relações de produção e a análise é deixada sem nenhuma via em que o desenvolvimento do estado possa ser compreendido como parte do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista<sup>10</sup>.

A análise do estado como uma forma da relação de capital, portanto, não é especificamente concernente ao “papel econômico do estado”, nem é uma tentativa de “reduzir” o estado à economia. Antes, é uma tentativa de analisar o lugar do estado nas relações entre capital e trabalho, concebidas como uma forma historicamente específica de dominação de classe com suas próprias leis de movimento.

4. A outra questão crucial negligenciada tanto pela escola da “autonomia relativa” quanto pelos materialistas vulgares é o conceito de forma. É característico das relações capitalistas de produção que elas não se expressem de qualquer maneira simples como relações de dominação. Antes, elas são expressas em uma série completa de formas diferentes que aparecem, não como formas de dominação de classe, mas como coisas desconectadas – mercadoria, dinheiro, capital, renda, etc. O processo de produção capitalista “gera novas configurações, em que cada vez mais se perde o fio da

---

<sup>10</sup> A passagem seguinte é um plágio grosseiro, com permissão, de Picciotto (1979).



conexão interna, as relações de produção se autonomizam umas em relação às outras e os componentes de valor se ossificam entre si em formas autônomas” (*O Capital*, v. III, t. II, p. 278). A análise de Marx do capitalismo em *O Capital* pode ser descrita como uma “ciência das formas”, uma análise e crítica deste “o mundo encantado, distorcido e posto de cabeça para baixo” (*O Capital*, v. III, t. II, p. 280) de formas desconectadas, uma crítica dirigida não somente para revelar o conteúdo, mas para rastrear a gênese destas formas e as conexões internas entre elas. Este tema é explicitado no início do volume I na seção do fetichismo da mercadoria e o curso de sua elaboração através dos três volumes é traçado no fim do volume III, no capítulo da “fórmula trinitária” (especialmente pp. 276-280). Esta crítica (isto é, o estabelecimento da gênese e das interconexões entre as formas) é uma parte essencial da luta pelo socialismo. O capital vive quebrando a totalidade de nossa existência em fragmentos aparentemente sem tempo, a-históricos. Uma compreensão do movimento pelo socialismo pressupõe o estabelecimento da unidade daqueles fragmentos como uma forma de dominação historicamente específica e transitória. A crítica não dissipa as formas, mas é uma parte integral da luta para fazê-lo, para transformar a sociedade.

A crítica não pode dispersar as formas porque as categorias sob crítica (valor, dinheiro, estado, etc.) não são meras formas aparentes. Elas são, antes, formas de pensamento que expressam as formas específicas tomadas pelas relações entre as pessoas sob o capitalismo. Portanto, a forma-dinheiro não se refere nem a uma coisa, nem a um mero conceito, mas à maneira em que as relações entre produtores se desenvolveram nas sociedades produtoras de mercadorias. Ela, e as outras formas, são “formas da vida social” (*O Capital*, v. I, t. I, 1996, p. 201), as formas em que as relações sociais capitalistas são reproduzidas.

Segue-se que as formas não podem ser tratadas como abstrações lógicas vazias. Como formas da vida social, elas somente podem ser compreendidas historicamente. A análise científica das formas sociais não pode ser um exercício puramente lógico, mas é um “assunto de ‘reflexão *post festum*’ em um processo histórico efetivo” (Picciotto, 1979, p. 120). As categorias marxistas não são abstrações lógicas, mas ajudam a entender o processo histórico:

Se separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares (Marx e Engels, 2007, p. 95).



O método de Marx é essencialmente um método histórico. Na verdade, é somente abordando historicamente as formas em que as relações sociais se apresentam que elas podem ser reveladas como apenas aquilo – formas historicamente específicas de relações sociais. É precisamente sua inabilidade para analisar o valor historicamente, e consequentemente sua inabilidade para conceituá-lo *como uma forma*, que constitui uma das principais barreiras para a compreensão dos economistas políticos burgueses clássicos:

É uma das falhas básicas da Economia Política clássica não ter jamais conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria e, mais especialmente, do valor das mercadorias, a forma valor, que justamente o torna valor de troca. Precisamente, seus melhores representantes, como A. Smith e Ricardo, tratam a forma valor como algo totalmente indiferente ou como algo externo à própria natureza da mercadoria. A razão não é apenas que a análise da grandeza de valor absorve totalmente sua atenção. É mais profunda. A forma valor do produto de trabalho é a forma mais abstrata, contudo também a forma mais geral do modo burguês de produção que por meio disso se caracteriza como uma espécie particular de produção social e, com isso, ao mesmo tempo historicamente. Se no entanto for vista de maneira errônea como a forma natural eterna de produção social, deixa-se também necessariamente de ver o específico da forma valor, portanto, da forma mercadoria, de modo mais desenvolvido da forma dinheiro, da forma capital etc. (*O Capital*, v. I, t. I, 1996, pp. 205-206).

A análise das formas deve, portanto, ser uma análise histórica<sup>11</sup>, e não simplesmente um processo de derivação lógica. Esta abordagem tem, por conseguinte, pouco a ver com a “lógica do capital” – uma terceira interpretação falsa que faz muito para obscurecer suas implicações<sup>12</sup>. A dimensão histórica é essencial para se desenvolver além do argumento puramente formal sobre a natureza do Estado; e ela é também essencial para a abordagem manter-se nos limites no campo crítico.

Sendo histórico, o conceito de forma é essencialmente crítico. O objetivo da análise de Marx era enfraquecer a solidez aparente das categorias burguesas, para mostrar que elas não são dadas pela Natureza, mas expressaram formas historicamente específicas e transitórias de relações sociais. Portanto, por exemplo, a análise de Marx do dinheiro mostra que ele não é apenas uma coisa, nem um fenômeno natural, mas

<sup>11</sup> Cf. Rosa Luxemburgo (1899/n.d., p. 58): “O segredo da teoria do valor de Marx, de sua análise do problema do dinheiro, de sua teoria do capital, da teoria da taxa de lucro e consequentemente de todo o sistema econômico, encontra-se no caráter transitório da economia capitalista... É só porque Marx olhou para o capitalismo do ponto de vista socialista, isto é, do ponto de vista histórico, que ele pode decifrar os hieróglifos da economia capitalista”.

<sup>12</sup> Para uma crítica de algumas das contribuições alemãs sob esta perspectiva, ver a Introdução em Holloway e Picciotto, 1978; cf. também Holloway e Picciotto, 1977; Picciotto, 1979.



uma forma historicamente determinada específica para sociedades baseadas na produção de mercadorias. Similarmente, a ênfase no estado como uma forma das relações sociais é essencialmente crítica. O estado não é somente uma instituição, nem um fenômeno pertencente a todas as sociedades, mas uma forma historicamente determinada e transitória das relações sociais. Consequentemente, ele não pode ser discutido simplesmente como um aparato ou fragmentado em um conglomerado de aparatos, ideológicos, integrativos das massas, repressivos, ou o que quer que seja. Nem pode o estado simplesmente ser analisado em termos de suas funções. Não apenas as funções desempenhadas são importantes, mas a forma histórica mediante a qual elas são cumpridas.

Vista no contexto do método de Marx de analisar a gênese e consequentemente as conexões internas entre as formas, a ênfase na análise do estado como forma-estado é crítica em um duplo sentido da concepção burguesa do estado como uma instituição autônoma. Inerente ao conceito de forma, primeiramente, está uma ênfase na interconexão entre as diferentes formas, na unidade-em-separação das diferentes formas assumidas pelas relações entre capital e trabalho, e, portanto, na natureza capitalista do estado na sociedade capitalista. Em segundo lugar, o conceito de forma, quando associado ao de estado, chama atenção para o caráter histórico e transitório do estado capitalista. Ambos os aspectos desta dimensão crítica estão ausentes no conceito de “autonomia relativa”.

### **Fetichismo e fetichização**

1. Na seção anterior, nós sublinhamos a importância de abordar a análise do estado por meio do estudo de seu desenvolvimento histórico como uma forma da relação de capital<sup>13</sup>. Entretanto, se o conceito de forma deve se tornar relevante para as formas de luta em desenvolvimento referidas na introdução, é essencial ver a história relacionada não apenas ao passado, mas ao processo contínuo de desenvolvimento social. O desenvolvimento das formas da vida social não é um processo ideal que terminou harmoniosamente em autoconsciências, mas um processo contínuo e sempre-renovado

---

<sup>13</sup> Para um esboço geral do desenvolvimento histórico do estado, ver Holloway e Picciotto, 1977.



de luta de classes. A história não é nada além do movimento da luta de classes, definindo e redefinindo as frentes de batalha entre as classes. Assim como a relação entre as classes, a relação de capital, desenvolve-se, também se desenvolvem as formas em que essa relação se expressa. Conforme o próprio capital é desafiado pela luta de classes, as formas do capital são desafiadas: elas devem constantemente ser restabelecidas e redefinidas. Portanto, seria bastante equivocado pensar nas formas capitalistas de relações sociais como tendo sido firmemente estabelecidas no amanhecer do capitalismo, murchando com a transição ao socialismo, mas existindo estavelmente dentro do próprio capitalismo. Tal concepção localizaria o capitalismo na história, mas baniria a história (e a luta de classes) do próprio capitalismo. As formas determinadas do capital não são simplesmente estabelecidas de forma histórica, mas precisam ser constantemente restabelecidas, em suas determinações específicas, por meio da luta de classes. No caso do estado, por exemplo, seria bastante equivocado pensar na separação entre política e economia como tendo sido formalmente estabelecida quando o estado capitalista emergiu como tal. Como Blanke, Jürgens e Kastendiek apontam:

A separação entre política e economia ... não é um ato histórico que acontece uma vez, mas é constantemente reproduzida (1978, p. 121).

Se, então, pensamos na existência do estado como uma instituição aparentemente autônoma como um aspecto do fetichismo da mercadoria, então é importante compreender o fetichismo não como um fato estabelecido, mas como um processo de fetichização sempre-repetido.

2. Que o fetichismo jamais pode ser um fato estabelecido é óbvio se se recordar que as formas não são apenas categorias abstratas, mas formas de vida social, formas de capital, isto é, formas de dominação de classe. Dominação de classe inevitavelmente significa luta de classes<sup>14</sup>. Sendo formas de dominação de classe, as formas fetichizadas em que o capital aparece são inevitavelmente instáveis. Qualquer sistema de relações de classe é inerentemente instável, simplesmente porque é fundado na exploração, antagonismo e, portanto, na resistência e revolta. Pensar que tal sistema baseado no

---

<sup>14</sup> A alegação do Grupo CSE de Londres (1979, p. 90) de que nós enfatizamos a dominação de classe para a exclusão da luta de classes é absurda. Eles falham em reconhecer que as duas são inseparáveis: assim como a dominação de classe implica, inevitavelmente, a luta de classes, também a luta de classes é dificilmente concebível na ausência de dominação de classe.



antagonismo poderia ser estável, poderia ser reduzido inteiramente ao hábito rotineiro, poderia reproduzir-se “normalmente” sem conflito ou ruptura, como a burguesia quer nos fazer crer, não faz sentido. Podemos ver em todo nosso entorno que a condição “normal” das coisas é de *instabilidade*: fábricas, famílias, escolas – todas são dilaceradas por conflito, ruptura e impermanência – longe do paraíso de paz e tranquilidade que a ideologia burguesa sugere. A aparência de igualdade e harmonia mal esconde as erupções diárias de violência e discriminação de estado, de um lado e, de outro, a sabotagem, a vadiagem, o absenteísmo, o vandalismo e um milhão de outros atos de rebelião que o capital está constantemente buscando controlar ou suprimir.

As formas fetichizadas em que a dominação capitalista aparece nunca podem ser uma cobertura totalmente opaca, escondendo completamente a exploração de classe daqueles que estão sujeitos a ela. A aparente neutralidade e fragmentação das formas, as desconexões mistificadoras, entram em conflito constante com a experiência total de opressão de classe dos trabalhadores. Dinheiro, capital, juros, renda, lucro, estado – são todos comumente experimentados como aspectos de um sistema geral de opressão, embora suas interconexões precisas possam não ser compreendidas. Como Marx aponta, as interconexões são mais claras para a “mente popular” do que para os teóricos burgueses:

Não nos deve, portanto, deixar surpresos que ela, exatamente na forma de manifestação alienada das relações econômicas, em que estas são, *prima facie*, contradições totais e absurdas - e toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente -, se exatamente aqui a Economia vulgar se sentisse completamente à vontade e essas relações lhe parecessem tanto mais naturais quanto mais a correlação interna está neles escamoteada, sendo, porém, correntes para a concepção comum (Capital, v. III, t. II, 1996, p. 271).

As formas fetichizadas da aparência deveriam ser vistas menos como um selo inexpugnável do que como uma fina crosta em uma sopa efervescente e borbulhante.

Não é apenas que a “mente popular” veja através das categorias da burguesia: a ação popular constantemente se rebela contra as formas de vida humana que estas categorias expressam. Como formas de vida humana, elas são constantemente desconsideradas, evadidas e resistidas: furto, vandalismo, sabotagem, posse, ocupação, etc. – todos são (ou podem ser) atos mais ou menos conscientes de resistência às formas assumidas pelas relações de produção sob o capitalismo. Furto, por exemplo, é um ataque (consciente ou não) à forma mercadoria do produto; cabular aula ataca a



autonomização do estado em relação à sociedade. A tais atos, geralmente, falta direção política e, raramente, vão além de resistência isolada e inconsciente dirigida a uma manifestação particular da forma ao invés da própria forma, então, geralmente, há pouca dificuldade para o capital em absorver tais desafios. Os últimos quinze anos aproximadamente viram o desenvolvimento de novos modos de desafio mais consciente às formas burguesas – como testemunham não só todo o interesse em estilos de vida “alternativos”, comunas, cooperativas, etc., mas também o crescimento de lutas em que trabalhadores do estado recusaram-se a aceitar sua autonomização da sociedade, em que trabalhadores de fábrica recusaram-se a aceitar que a produção de valores de uso deveria ser governada pela lei do valor, em que aqueles envolvidos em lutas de todos os tipos procuraram encontrar maneiras de expressar a unidade de suas lutas como lutas de classes. Novamente, muitos dos movimentos almejavam mais a evasão das formas burguesas do que estar diretamente contra os processos pelos quais as formas burguesas são constituídas e reconstituídas, ainda que a significância do desenvolvimento de novos modos de resistências à opressão inscrita nas formas burguesas de relações sociais nunca deva ser subestimada.

Embora se avalie a significância dessas várias formas de resistência, o que elas realmente mostram é que a reprodução das formas capitalistas de dominação nunca é simplesmente um processo automático que pode ser tomado como garantido. A fim de conter a resistência onipresente à opressão de classe, as formas daquela opressão devem ser constantemente desenvolvidas e recriadas.

3. É em face desta resistência e destes ataques que as relações sociais capitalistas devem ser reproduzidas. Claramente, a reprodução do capital não pode ser concebida em qualquer sentido estático, como a renovação automática de formas pré-dadas de relações sociais. Isto é assim por duas razões. Primeiro, como vimos, não pode haver nada automático acerca disso: há resistência constante à reprodução da dominação capitalista e esta resistência mesma impele a reformulação constante das relações de dominação. Segundo, as relações nunca são pré-dadas: o capital é uma forma inerentemente dinâmica de relações sociais. Sua sede insaciável por mais-valia o leva constantemente a intensificar a exploração e constantemente reformular (especialmente por meio da crise) as relações entre capital e trabalho. A manutenção do capital como uma forma das relações sociais, portanto, somente pode significar a manutenção-e-reestruturação das relações sociais capitalistas, a constante





reformulação-por-meio-da-crise das relações entre capital e trabalho. Inevitavelmente, esta reformulação é sempre uma luta para impor ou reimpor certas formas de relações sociais à sociedade, para conter a atividade social dentro, ou canalizar a atividade social para aquelas formas (em desenvolvimento). Agora, inevitavelmente, a única via pela qual esta luta pode acontecer é por meio das formas da relação de capital. É essencial, nessa altura, que nós concebamos estas formas não como entidades estáticas, mas como “formas processos” (Sohn-Rehtel, 1978, p. 17), como processos que buscam impor formas sempre-cambiantes mas sempre fragmentadas de relações sociais à resistência inevitavelmente despertada pela opressão de classe. As formas determinadas do capital não são apenas as formas de existência do capital, mas as formas-processos por meio das quais o capital é reproduzido. O capital é reproduzido por meio da forma-processamento constante (isto é, processamento em certas formas, *Formierung*, formação) da atividade social: *mas é essencial recordar que os padrões cambiantes da forma-processamento devem ser entendidos não como um processo aleatório e a-histórico, mas como um movimento histórico interconectado, estruturado pelas leis de movimento advindas das contradições do capital. Como vimos, está na natureza do antagonismo de classe que a forma-processamento nunca é completada, mas é uma luta sempre-renovada para impor as relações sociais capitalistas à sociedade, uma luta que se torna mais aguda conforme a expansão do capital demanda a subordinação sempre maior das relações sociais a seu controle*<sup>15</sup>.

Se a relevância política da análise de forma deve ficar mais clara, parece essencial desenvolver este aspecto, isto é, analisar a reprodução das formas e a forma-processamento da atividade social<sup>16</sup>. O resto deste artigo dá alguns passos hesitantes naquela direção, particularmente em relação ao o estado.

---

<sup>15</sup> Esta noção de capital como luta, de forma-determinação como luta, parece estar ausente da crítica, excelente quanto ao mais, do fracionismo de Simon Clarke: Clarke (1978), cf. esp. pp. 63 ss.

<sup>16</sup> Em relação à *Formierung* (formação) das funções do estado, Blanke, Jürgens e Kastendiek têm isto a dizer: “A questão de como esta formação ocorre em detalhe, como ela é transposta à estrutura, instituição e processo do estado, não pode mais ser respondida pela análise de forma. Ela teria que ser tema de análise histórica” (1978, p. 119). Sua separação da análise de forma e da análise histórica (criticada em geral na Introdução a Holloway e Picciotto, 1978) tem as consequências mais infelizes aqui, pois as retira do que é precisamente o aspecto mais importante da análise de forma.



## O Estado como Forma-processo

1. O estado capitalista é constituído pela particularização da política e da economia como formas distintas de relações sociais<sup>17</sup>. Isso envolve não a separação da política de uma esfera econômica pré-existente, mas a constituição de ambas, a economia e a política, por meio da fragmentação da relação de capital. Esta fragmentação da relação de capital em esferas econômica e política distintas é, talvez, o aspecto mais importante do fetichismo da mercadoria. Por meio desta fragmentação, a expressão unificada das relações de classes, típicas das sociedades pré-capitalistas, é quebrada. Na transição do feudalismo, o servo (um termo que denota sujeição total, indistintamente política e econômica, ao senhor) torna-se assalariado e cidadão. Em ambos os lados da cisão, a classe (como uma relação de produção inerentemente antagônica) aparentemente dissolveu-se em categorias separadas, mas interligadas e mutuamente confirmantes. A separação da economia e da política implica a separação das relações econômicas e políticas – a constituição do proletário como proprietário (isto é, proprietário da mercadoria força de trabalho) e cidadão (como Burguês e Cidadão, para falar com o jovem Marx (cf. Reichelt, 1974, p. xxiii)).

Esta separação, entretanto, não é um fato estabelecido, mas um processo sempre-repetido. O *status* sem classe de cidadão entra em conflito constante com a experiência de classe do portador desse *status*. Como Blanke, Jürgens e Kastendiek apontam:

A emergência de um sujeito de direito político correspondente a esta categoria econômica [proprietário], o “trabalhador cidadão”, é realizada por meio da luta de classes, porque as categorias da superfície sempre constituem mera igualdade *formal*, enquanto a *desigualdade material* posta na produção de mais-valia continuamente coloca esta aparente igualdade em questão (1978, p. 142).

O processo de separação, o processamento da atividade social em uma esfera política separada da econômica, o processamento das relações sociais em categorias políticas particularizadas é uma constante luta para suprimir a expressão da experiência de classe, para suprimir a organização de classe. Este processo (isto é, o estado,

---

<sup>17</sup> Cf. Reichelt, 1970, p. 21: “Marx concorda com Hegel que o estado apenas pode realmente se tornar o estado quando ele aparece como o estado da sociedade burguesa, quando ele assume a forma do estado político existindo fora e acima da sociedade burguesa e a sociedade pode da mesma forma aparecer como sociedade”.



entendido como forma-processo, como processo da particularização da política como uma forma distinta da relação de capital) é claramente de enorme importância para assegurar a reprodução do capital. Uma tentativa de entender este processo e seu desenvolvimento é uma parte necessária da luta contra o capital.

2. Historicamente, a separação das relações econômicas e políticas coincidiu com a autonomização do estado. Isso ocorreu na base da acumulação primitiva de capital, em um tempo em que a relação direta de exploração capitalista ainda não era de trabalho assalariado. Portanto, o primeiro momento do estado capitalista é estabelecer e garantir a troca como mediação da produção e do consumo. Isto envolveu a criação e manutenção de indivíduos como sujeitos econômicos e jurídicos, os portadores dos direitos de propriedade reificados (cf. Picciotto, 1979). Ao mesmo tempo, o estabelecimento e garantia da troca implicou o desenvolvimento de uma instância coercitiva permanecendo fora da relação de troca e relacionando-se com os membros da sociedade *como sujeitos individuais* (cf. Blanke, Jürgens e Kastendiek, 1978; Perez Sainz, 1979). Historicamente, os estados absolutistas europeus deram a moldura tanto do espraiamento da produção de mercadorias quanto do desenvolvimento concomitante do cidadão individual:

A ideia de uma cidadania geral começou a penetrar na esfera política, por força da natureza absolutista do regime e do caráter unitário do estado; a esta ideia logo foi acrescida a ideia de direitos gerais do cidadão. A população acostumou-se a deveres fixos estabelecidos pelo estado, à tributação e ao serviço militar, ao contato diário com os servidores públicos de um estado centralizado e, em consequência, adquiriu um senso de coesão política, os rudimentos de um interesse político comum. A ideia de uma ordem política unificada... tornou-se agora uma preocupação mais profunda da própria população... *Os indivíduos tornaram-se conscientes de serem um povo: anteriormente não haviam sido mais que uma população dividida por região e classe* – um mero objeto de governo (Hintze, 1902/1975, p. 175; meus destaques).

A centralização de poder que substituiu as “soberanias parceladas” (Anderson, 1974, p. 19) do feudalismo encontrou expressão também na atomização da população em “uma multidão de *particulares*, de indivíduos privados (algumas vezes, diríamos, privilegiados)” (Poggi, 1978, p. 78). Este processo de individualização é o primeiro e básico momento da forma estado, contrapartida do (e interligado com e consolidando) desenvolvimento dos proprietários de mercadorias como sujeitos econômicos. Com a generalização crescente da produção baseada na troca de mercadorias, o princípio da



individualização gradualmente enfraqueceu a hierarquia ordenada do velho mundo, com seu sistema de representação baseado na “comunidade” e “posição social” (cf. Beer, 1965, pp. 17-18). Na Grã-Bretanha, a redefinição da sociedade como uma massa de indivíduos estava ligada de perto à extensão e reorganização do sistema de representação (cf. Beer, 1965, pp. 16 ss.).

Em qualquer desenvolvimento completo do argumento deste artigo, seria essencial traçar o desenvolvimento deste momento básico da forma estado, o desenvolvimento dos modos cambiantes de individualização (particularmente, em relação à emergência do estado de bem-estar social). Embora esta tentativa não possa ser empreendida aqui, a importância de uma abordagem histórica deve ser sublinhada, pois seria um erro grave confundir as formas de individualização correntes nas democracias ocidentais, com suas eleições parlamentares e estado de direito, com as formas “mais perfeitas” de individualização ou com a expressão “normal” (como oposto a “excepcional”) do estado capitalista. O desenvolvimento do modo de individualização pode ser entendido somente no contexto do desenvolvimento histórico do capitalismo como um todo.

Aqui, entretanto, é possível apenas enfatizar a importância da individualização como o momento básico da forma estado. O processo de individualização é tido em alta conta em todas as práticas básicas do estado – no direito, na administração, nas estruturas de representação e intervenção. Em cada caso, o estado isola as pessoas tratando-as como indivíduos, não como indivíduos concretos com peculiaridades individuais, mas como indivíduos abstratos, gerais, desindividualizados: a natureza abstrata do trabalho produtor de mercadorias é aqui reproduzida como cidadania abstrata. A relação com os indivíduos é, portanto, uma relação geral, uma relação em que os indivíduos não são distinguidos nem por suas peculiaridades nem por sua posição de classe.

Esse processo de individualização encontra uma de suas expressões mais claras na forma jurídica e no conceito de direitos subjetivos:

Um direito é sempre de um sujeito individual: daí porque estender ou reivindicar “direitos” para as pessoas em uma forma jurídica burguesa é imediatamente isolá-las (Picciotto, 1977, p. 3).

Mas o mesmo processo está em atuação no contato diário entre todas as agências administrativas do estado e o “público”: escolas, departamentos de serviço



social, departamentos de moradia, escritórios de seguridade social, todos atuam em uma medida que isola a pessoa que entra em contato com eles, tratam aquela pessoa como um indivíduo, ou (como Cynthia Cockburn (1977) aponta) como parte de uma família.

Eleições representativas não são exceção à forma-processamento inscrita nas práticas do estado, a despeito da aguda distinção que alguns (p. e. Foucault, 1977, e aparentemente Poulantzas, 1978) desenharam entre representação e outros aspectos da prática do estado. Em eleições democráticas, a população é tratada como uma massa indiferenciada de “votantes”, “constituintes”, definida de acordo com números aritméticos ao invés de qualquer pertencimento de classe ou comunidade. De forma semelhante, o próprio processo de votação, a instituição da votação secreta, é a expressão suprema da *privacidade* da opinião política. Por meio da instituição da urna, a resistência à opressão de classe é canalizada em um ato de escolha individual e privada entre dois ou mais opressores.

Isto não é negar que o estado de direito e a democracia representativa são geralmente mais favoráveis à classe trabalhadora que um regime em que nenhum deles prevalece. O ponto é, antes, reconhecer os limites, ou ainda, as implicações opressivas, destas formas, e não hipostasiá-las como conquistas de civilização que devem ser preservadas a todo custo. É um erro, por exemplo, fazer uma distinção absoluta entre a exclusão da classe trabalhadora do estado antes da introdução do sufrágio universal e sua representação dentro do estado depois daquele evento. Isto é um erro, primeiramente porque a classe trabalhadora tinha capacidade de garantir sua representação dentro do estado mesmo antes da extensão do direito de voto, como mostra o estudo de Foster (1974) da política da classe trabalhadora em Oldham no início do século XIX. Em segundo lugar, a representação da classe trabalhadora dentro do estado por meio dos processos de democracia eleitoral é simultaneamente um processo de fragmentação, de exclusão *como classe trabalhadora*. O que está envolvido na extensão do direito de voto é, portanto, não uma mudança absoluta de exclusão para representação, mas uma mudança (normalmente muito significativa) no modo de representação-e-exclusão da classe trabalhadora. Não é a democracia representativa que limita o poder do estado (como Poulantzas, 1978, p. 73, gostaria), mas a força da classe trabalhadora, qualquer que seja sua expressão institucional.



Direito, administração e representação, por conseguinte, são todas práticas que individualizam, que tratam as classes da sociedade como uma massa homogênea de pessoas. Esta individualização não é um fato estabelecido, mas um processo que consistentemente obscurece as estruturas básicas da sociedade. Pannekoek colocou o ponto claramente quanto escreveu:

Democracia, dizem, é o governo pelo povo, mas o povo como tal não existe: na realidade, a sociedade está dividida em classes (1919/1969, p. 136).

Ver o estado como um processo de individualização não é sugerir que esta individualização tem lugar somente na esfera política, que as classes são formadas no nível econômico e então fragmentadas no nível político. Nem, com efeito, é sugerir que o estado simplesmente consolida uma individualização que é basicamente estabelecida no nível econômico, como Poulantzas (1978, p. 65) sugere<sup>18</sup>. Antes é a fragmentação das relações de classe em formas econômicas e políticas distintas, mas interligadas, que traz com ela a atomização da classe trabalhadora. A luta para construir a organização de classe deve, portanto, ser uma luta contra estas formas. Isto não é dizer que não possa ser importante usar ação jurídica ou eleições parlamentares como parte de uma campanha, mas, se assim for, é importante que isso deva estar dentro da perspectiva de um movimento mais amplo que almeja a transformação total das relações sociais e com uma consciência das implicações individualizantes e fragmentadoras dessas formas.

3. Até agora nós sugerimos que a individualização deveria ser vista como o primeiro momento da forma estado, correspondendo à função básica do estado de estabelecer e garantir a troca de mercadorias. Com o estabelecimento do modo de produção capitalista na base do trabalho assalariado “livre”, o estado desenvolve novas funções e um novo modo de formação política (cf. em geral Holloway e Picciotto, 1977). De um lado, a generalização da produção de mercadorias traz consigo a expressão mais clara da ideologia individualista no liberalismo e radicalismo do século XIX. De outro lado, com a generalização da produção de mercadorias e o estabelecimento do capital,

---

<sup>18</sup> Poulantzas aparentemente vê a individualização ocorrendo basicamente na produção (que ele conceitua estreitamente como o processo imediato de produção) e sendo “consagrada e institucionalizada” pelo estado. O problema com isso é que ele ainda parte de uma separação pressuposta da economia e da política. Consequentemente, toda sua discussão da “individualização” é a-histórica e estática, aparentemente não deixando espaço para uma ruptura dessa “individualização” (cf. esp. pp. 73-74). Isto pode explicar porque não parece haver conclusões claras para a luta de classes tiradas da análise, ou ainda apenas conclusões bastante inconsistentes concernentes ao valor da democracia representativa. Para uma discussão útil de Poulantzas (1978), ver Barker (1979).



a lei da apropriação ou lei da propriedade privada, baseada na produção de mercadorias e na circulação de mercadorias, evidentemente se converte mediante sua própria dialética interna, inevitável, em seu contrário direto (O Capital, v. I, t. II, 1996, p. 217).

A aparência de igualdade da troca na esfera da circulação é crescentemente enfraquecida pela desigualdade da produção. A garantia das relações de troca pelo estado, portanto, cada vez mais envolve o estado na regulação explícita das condições que regem a venda e compra de força de trabalho. O absentismo do ideal liberal é imediatamente debilitado pelo crescimento da intervenção do estado, desde o começo do apogeu do liberalismo (cf., p. e., Roberts, 1960). A expansão da atividade estatal significa que o estado entra em mais relações diretas com um número cada vez maior de pessoas (cf. Poggi, 1978, p. 123). Inevitavelmente, esta expansão não envolve apenas um crescimento na quantidade ou densidade das relações entre o estado e os indivíduos, mas o estabelecimento de novas formas de relações entre o estado e o “público”. O desenvolvimento de novas formas de representação/intervenção/administração – pois estes são apenas três aspectos muito proximamente inter-relacionados do mesmo processo – torna-se um problema tanto para os administradores quanto para os administrados. O individualismo, tão logo esteja estabelecido, é aparentemente enfraquecido pelo desenvolvimento de formas políticas coletivas.

O impulso primário para o crescimento da intervenção do estado veio da necessidade de garantir a reprodução da força de trabalho como mercadoria. Conseqüentemente, os padrões de intervenção/administração/representação que se desenvolveram foram estruturados primariamente em torno da venda e compra de força de trabalho. O crescimento da intervenção do estado levou ao desenvolvimento de relações mais diretas entre o estado, de um lado, e trabalhadores e capitalistas de outro – definidos não como classes, nem simplesmente como indivíduos, mas como vendedores e compradores da mercadoria força de trabalho, como proprietários de diferentes fontes de renda (sindicatos e organizações de empregadores). Como o cidadão individual é a contrapartida do proprietário individual de mercadorias, então os novos coletivos políticos que começaram a emergir no século XIX (muito diferentes das velhas comunidades que tinham sido enfraquecidas pelo efeito individualizante da



dispersão da troca de mercadorias) eram, em sua maioria, tão estruturados que eles se interligaram com a categorização econômica na base das fontes de renda<sup>19</sup>.

O coletivismo é, portanto, não o oposto absoluto do individualismo, como ele é tão frequentemente apresentado. Antes, ele complementa o individualismo e surge com base na individualização e na abstração das relações de produção inerentes ao processo de individualização. É verdade que a “classe” emerge como uma categoria da política do século XIX (cf. Beer, 1965; Poggi, 1978), mas é a classe entendida não como uma relação de produção antagônica, mas como uma massa de *indivíduos* que possui a mesma fonte de renda ou desfruta de uma renda semelhante. A coletivização obscurece a estrutura das relações sociais pelo menos tão efetivamente quanto a individualização. As classes não são somente atomizadas, mas os átomos são reagrupados de modo a fazer o conceito de classe parecer muito irrelevante para a luta coletiva.

Novamente, embora não possa ser realizado aqui, seria absolutamente essencial em qualquer desenvolvimento deste artigo traçar os modos cambiantes de coletivização, as maneiras cambiantes pelas quais o capitalismo nos agrupa politicamente. No estado capitalista moderno, cidadãos são aglomerados em todos os tipos de agrupamentos: eles são classificados, primeiro e principalmente como famílias (um apontamento extremamente importante feito por Cockburn (1977), mas também como eleitores, contribuintes, locatários, genitores, pacientes, assalariados, fumantes e não-fumantes. Membros de classes são categorizados com base em sua consanguinidade, sua residência geográfica, com base na renda, na propriedade de moradia, na parentalidade, na saúde, na forma de renda, nos hábitos pessoais: nunca com base na classe. Entender esse processo pelo qual as classes são definidas nas diferentes categorias da política burguesa é um problema fundamental da teoria do estado<sup>20</sup>, pois esta categorização não somente responde a, mas define e redefine as formas de organização política na sociedade burguesa. O processo de categorização pode ser visto como a formação de tantos grupos de eleitores – o agrupamento de indivíduos em (ao menos potenciais) grupos de “interesse” baseados em sua

---

<sup>19</sup> A análise de Flatow e Huisken (1973) tem algo a oferecer a esse respeito, mas somente se a relação do estado com os proprietários das fontes de renda for reinterpretada como um processo de fetichização.

<sup>20</sup> É um efeito infeliz da visão superdeterminista do estado de Simon Clarke que o problema da representação seja reduzido a um aspecto secundário da maneira pela qual o estado está subordinado ao capital. Uma implicação disso é sugerir que o sistema político deveria ser visto simplesmente como uma correia de transmissão entre o capital e o estado, ao invés de um momento extremamente importante e problemático da reprodução do capital.





parentalidade comum, saúde-doença, predileção por tabaco, propriedade de moradia, etc. O grupo de eleitores – tanto no sentido usual de um agrupamento de eleitores geograficamente definido e no sentido do agrupamento funcional de pessoas em suas relações com aspectos particulares do aparato de estado (o sentido comumente dado ao termo por cientistas políticos), pode ser visto como a unidade básica dentro da qual as relações políticas são constituídas. Se o grupo de eleitores é visto nestes termos, então McConnell, o cientista político americano radical, está claramente certo em apontar a questão do grupo de eleitores como a questão fundamental da política (McConnell, 1966) – exceto por ele se referir à questão de determinar o tamanho do grupo de eleitores ao invés da questão mais fundamental sobre os processos pelos quais um grupo de eleitores é definido como tal. É a maneira pela qual os grupos de eleitores são definidos que é o problema crucial, a maneira em que a totalidade massiva da luta de classes é fragmentada por meio da administração do estado em problemas distintos para os ramos funcionalmente definidos da atividade do estado – problemas para o Departamento de Saúde e Seguridade Social, problemas para o Departamento de Educação e Ciência, problemas para o Departamento de Meio Ambiente, etc. e suas divisões menores características da divisão de responsabilidades entre oficiais individuais – e então a maneira pela qual essa fragmentação é imposta àqueles que tem qualquer relação com o aparato de estado, a maneira pela qual “as regras e a burocracia que assolam internamente a agência... também alcançam o exterior para moldar o cliente” (Wilensky e Lebeaux, 1965, p. 240) – e não apenas o “cliente” mas as classes da sociedade capitalista. Esta “moldagem” é uma luta, uma luta para canalizar a ação de classe nas formas fetichizadas da política burguesa, uma luta para constituir a forma estado. Esta luta, enfatize-se novamente, somente pode ser compreendida no contexto histórico do desenvolvimento da luta de classes que é a reprodução e acumulação do capital. A mudança nas formas de coletivização não é um processo aleatório: as formas em desenvolvimento da relação de capital constituem um todo diferenciado.

Uma distinção pode, talvez, ser utilmente traçada entre os processos “externos” e “internos” de constituição, isto é, entre a constituição das relações políticas burguesas por meio da interação do estado com aqueles que estão fora do aparato de estado, de um lado, e a constituição das relações burguesas dentro do aparato de estado, de outro. O processo “interno” de formação de relações sociais não é necessariamente menos problemático para o capital que o processo “externo”: ambos envolvem a



manutenção/recriação das relações sociais burguesas em face a uma experiência contraditória. Os dois processos, além disso, são inseparavelmente interligados: a transmutação das relações de classe externas ao aparato de estado depende da manutenção das relações burguesas dentro do aparato do estado. Isto implica, primeiramente, o controle burocrático das ações dos empregados do aparato de estado – um problema de complexidade e importância crescentes conforme o emprego pelo estado se expande e o estado vem a desempenhar um papel mais crucial na reprodução das relações sociais. Implica também uma fragmentação das relações dentro do aparato do estado que complementa a fragmentação existente nas e imposta às relações de classe em geral. Se a fragmentação das relações de classe em geral pode ser vista como sendo realizada (ou antes transmutada e consolidada) por meio da “extensão” das “regras e a burocracia que assolam internamente a agência... para moldar o cliente [ou classe]” (Wilensky e Lebeaux, 1965, p. 240), então, o reverso também é verdadeiro. As categorias fetichizadas da produção de mercadorias “estendem-se” de forma transmutada e moldam a organização interna do aparato do estado: esta fragmentação interna do aparato do estado então “se estende”, por sua vez, para moldar e reforçar as relações fetichizadas da sociedade burguesa. A questão da organização interna do estado está, portanto, longe de ser uma questão técnica de administração pública<sup>21</sup>. Quando Aristóteles afirmou sua famosa questão em relação à distribuição de funções na cidade-estado grega: “Nós temos também de considerar se vamos alocar deveres com base no assunto a ser tratado, ou na classe das pessoas em causa” (*Política*, Livro IV, cap. XV), ele estava levantando não somente um problema de administração, mas uma das mais importantes questões de organização política.

4. Seja como individualização ou como coletivização, a constituição do estado (o processo pelo qual a estrutura das relações agrupadas em torno do exercício da coerção é constituída como separada da economia) é um processo de fetichização, de fragmentação das relações de classes em formas não classistas.

A fetichização refere-se, aqui, não somente à criação de certas formas de pensamento, mas à constituição das “formas de vida social” burguesas. Envolve a

---

<sup>21</sup> Vale a pena notar que o aumento no interesse a respeito das estruturas internas do estado coincidiu no tempo com o crescimento da organização coletiva de interesses e sua crescente articulação com as estruturas burocráticas do aparato do estado. De forma geral, a análise das formas fetichizadas da Administração Pública (tão vital para uma compreensão das formas de organização política) é uma tarefa ainda amplamente intocada pela teoria marxista.



organização de nossas vidas de tal maneira que as questões importantes (luta de classes e a transição para o socialismo) nunca podem ser colocadas de maneira ativa. O que é importante aqui é a organização material de nossas vidas ao invés de simplesmente a disseminação ou inculcação de ideias. Como Heide Gerstenberger coloca:

Ao invés de assumir que as pessoas que não lutam foram aprisionadas com sucesso pela ideologia do estado burguês, deveríamos tentar analisar os constituintes cotidianos da consciência em uma sociedade burguesa. E ao fazê-lo... logo seremos confrontados com a esmagadora presença das estruturas burocráticas. Não apenas a maior parte dos aspectos da vida são administrados, mas a integridade da vida das pessoas e as conexões entre seus problemas são divididos em aspectos fracionários da administração (Gerstenberger, 1977, pp. 7-8).

A este respeito, a ênfase de Foucault (1977) na “microfísica do poder” e na “política do corpo” é um antídoto útil para muitos dos mais recentes escritos sobre o estado. A fim de contribuir para uma teorização mais adequada do estado, entretanto, tal análise precisaria ser estendida para as formas menos espetaculares de contato popular com o estado e ser estabelecida em uma base histórica e materialista, isto é, em relação com o desenvolvimento das formas do capital visto como uma totalidade. A despeito disso, sua insistência no significado das práticas materiais do estado é importante, pois ela deixa claro que a luta contra o estado não pode simplesmente ser uma questão de esclarecimento teórico da classe trabalhadora, nem simplesmente de captura do controle ou destruição do aparato do estado, mas deve envolver o desenvolvimento de formas materiais de contra-prática, de contra-organização. Como Pannekoek coloca:

Organização é o princípio fundamental da luta da classe trabalhadora por sua emancipação. Segue-se que do ponto de vista do movimento prático, o problema mais importante é o das formas desta organização (1919/1969, p. 257, meu destaque).

A este ponto devemos retornar na conclusão. O estado como um processo de fetichização, então, é um processo de alcançar e ordenar as relações sociais de certas maneiras. É fácil superestimar a penetração deste processo na sociedade, e também enfatizar demais sua importância em face de outras forças em operação (p.e., a “muda coação das relações econômicas”<sup>22</sup>). Certamente, como uma tendência geral, a

<sup>22</sup> O texto encontra-se entre aspas, assim como no original, porque, a despeito da ausência de indicação de fonte, trata-se de citação literal do texto d’*O Capital* de Marx. Optou-se aqui, por isso, pela manutenção da tradução brasileira d’*O Capital* publicada pela Abril Cultural, em que se usa a expressão “muda coação”,



expansão do capital implica a penetração crescente do capital em cada aspecto de nossas vidas e isso é alcançado em parte por meio do estado (o crescimento da intervenção do estado implicando a necessidade de uma categorização e representação mais completas de nossos interesses); mas está claro da experiência presente na Grã-Bretanha que não há tendência inequívoca e irreversível para a expansão do papel do estado a este respeito.

### Algumas conclusões

Está claro que este artigo é, em grande medida, um artigo de trabalho. O objetivo era tomar uma certa corrente teórica (o debate da forma-estado) e sugerir algumas maneiras em que ela poderia ser desenvolvida de forma a torná-la mais relevante para o desenvolvimento de novas formas de luta contra o estado. Seu argumento é que o estado deve ser visto não apenas como uma forma de existência da relação de capital, mas como um momento na reprodução do capital como uma relação de exploração de classe mediada pelas trocas individuais da mercadoria força de trabalho, como um processo de formação da atividade social de tal maneira a reproduzir as classes como indivíduos atomizados e excluir a possibilidade da organização de classe contra o capital. A conclusão, em seu nível mais básico, é que a luta para construir a organização de classe deve ser dirigida contra o estado como forma das relações sociais, deve envolver o desenvolvimento de formas materiais de contra-organização que reafirmem a unidade daquilo que o estado fragmenta. Mas antes de desenvolver isto de forma ligeiramente mais detalhada, é necessário elaborar dois outros pontos relacionados à crise e à distinção entre forma estado e aparato de estado.

1. *Crise*: Em muitos países, a crise atual tomou a forma de uma crise fiscal do estado. O estado está sob ataque da própria burguesia e cortes significativos foram feitos, especialmente nos aspectos estatais de “bem-estar”. Está claro que a Esquerda deve defender os ganhos da classe trabalhadora que se tornaram consagrados nas atividades estatais de bem-estar, ainda que qualquer defesa direta do estado de bem-estar social que negligencie sua forma capitalista seja altamente problemática.

---

embora o texto original de Holloway, “dull compulsion”, seja bastante polissêmico, admitindo outras traduções, por ser mesmo essa a melhor tradução para o original alemão de Marx, “stumme Zwange” [N.T.].



Primeiramente, é improvável que tal estratégia mobilize apoio amplo: a grande força do ataque da burguesia nesta área encontra-se precisamente no fato de que o estado é amplamente experimentado como opressivo (como testemunha o apelo popular dos ataques da Sra. Thatcher ao todo-poderoso estado na recente campanha eleitoral). E, em segundo lugar, tal estratégia perde uma oportunidade de explorar o potencial desestabilizador inerente à retração do estado.

O problema deve ser visto no contexto geral da crise e seu impacto sobre a estabilidade das relações capitalistas. As contradições da relação de capital se expressam em uma tendência constante em direção à, e irrupção periódica da, crise. A crise, se necessita ser superada dentro da moldura do capitalismo, envolve uma reestruturação das relações capitalistas de produção (cf. Hirsch, 1978a). A relação entre capital e trabalho deve ser reestruturada se precisa ser mantida: pelo aumento da taxa de exploração, alteração da relação entre capital constante e variável, aceleração da rotatividade, etc. O problema, entretanto, do ponto de vista do capital, é que, embora a reestruturação seja essencial para a manutenção da relação de capital, a reestruturação pode, ao mesmo tempo, colocar em perigo a existência continuada daquela relação. Em um período de reestruturação, a manutenção/reimposição das relações burguesas torna-se particularmente difícil. A “muda coação das relações econômicas” ou se torna tão aguda (para aqueles ainda empregados) que pode provocar reação, ou se torna tão mitigada (para os desempregados há muito tempo) que pode perder toda a efetividade (cf. Frith, 1978). Considere o caso, levemente diferente, mas muito instrutivo, do pobre Sr. Peel, que decidiu que seria mais lucrativo “reestruturar” seu capital movendo-o para a Austrália Ocidental:

O sr. Peel, lamenta-se ele, levou meios de subsistência e meios de produção, num total de 50 mil libras esterlinas, da Inglaterra para o Swan River, na Nova Holanda. O sr. Peel foi tão precavido, que levou também 3 mil pessoas da classe trabalhadora, homens, mulheres e crianças. Uma vez alcançado o lugar de destino, “o sr. Peel ficou sem nenhum criado para fazer sua cama ou para buscar-lhe água do rio”. Infeliz sr. Peel, que previu tudo, menos a exportação das relações inglesas de produção para o Swan River! (O Capital, v. I, t. II, 1996, p. 384).

Mas nós não precisamos ir tão longe quanto a Austrália Ocidental para encontrar a própria existência da relação de capital ameaçada por sua reestruturação. Está claro que a reestruturação quase sempre sujeita a imposição contínua da relação a uma tensão severa: isto pode ser visto, por exemplo, em todas as greves relacionadas



com a “racionalização” e contenção de salários na Grã-Bretanha no final da década de 1960 e início da de 1970. A crise não é apenas uma questão técnica de reestruturação de insumos no processo de produção, é uma crise das relações sociais da produção de capital.

A crise, como uma crise das relações de produção, estende-se não apenas ao processo imediato de produção, mas também ao estado em seus vários momentos. Aqui também a forma burguesa deve ser reestruturada para ser mantida; aqui também, a reestruturação da forma burguesa sujeita sua existência contínua a tensões particulares. A crise da forma estado é apenas tão inevitável quanto a crise da relação de capital, sendo de fato um momento daquela crise. A mobilização das contra tendências à tendência da queda da taxa de lucro, que ocorre durante a crise, significa uma reestruturação massiva das relações sociais envolvendo, como aponta Hirsch, toda a “reorganização de um complexo histórico de condições sociais de produção e relações de exploração” (Hirsch, 1978a, 1874). O fato de que, crescentemente, a mobilização dessas contra tendências é efetivada por meio do estado significa que, inevitavelmente, todo o complexo das relações políticas é crescentemente e diretamente permeado pela reestruturação geral das relações gerais de produção. A crise-e-reestruturação da relação de capital como um todo é inevitavelmente também um período de crise-e-reestruturação das formas de constituição das relações políticas burguesas. Portanto, para tomar um exemplo óbvio, a tentativa atual do capital britânico de elevar a taxa de mais-valia não significa simplesmente a introdução de novas tecnologias ou a implementação de cortes de salários por capitais individuais; o que está envolvido é, antes, uma luta muito longa e extremamente complexa conduzida em todos os níveis, abraçando elementos tais como as tentativas reiteradas de reestruturar as relações entre sindicatos e o estado e as relações entre os próprios sindicatos (Comissão Donovan, em lugar do conflito, Lei das relações industriais, Contrato social), campanhas ideológicas massivas (sobre produtividade, inflação, etc.), mudanças nos gastos do estado e tributação, interação complexa dos partidos políticos, planos de introdução de diretores trabalhadores, etc., etc.

Talvez valha a pena enfatizar o ponto de que a crise do capital é inevitavelmente também uma crise da forma estado, somente porque difere da visão adotada por outros autores. O problema é frequentemente abordado por meio de uma discussão da relação entre “crise econômica” e “crise política”. Muitos autores argumentam contra a



assunção, amplamente difundida, mas simplista, de que a crise econômica leva mais ou menos automaticamente a uma crise do sistema político (cf. especialmente a crítica de Gramsci a Rosa Luxemburgo: 1971, p. 233). Contrariando essa visão, entretanto, estes autores ou se evadem do problema enfatizando a autonomia relativa da política ou, nos melhores casos (cf., p.e., Coletivo de autores, 1976), sugerem que se a crise na base econômica dará surgimento a uma “crise política” e uma “crise ideológica” dependerá da organização e militância da luta de classes, uma organização e militância que não podem ser derivadas da forma do capital. Superficialmente, é claro, isto está correto. Tal abordagem, entretanto, tem efetivamente várias fraquezas. Mais fundamentalmente, ela trata a crise capitalista como uma crise econômica ao invés de como uma crise da relação de capital que, inevitavelmente, envolve uma reestruturação daquela relação em suas formas econômica e política. Ela, então, apresenta a “crise política” como uma possível crise catastrófica do sistema político ao invés de como um inevitável processo de reestruturação das formas de constituição política. Tal abordagem é perigosa porque tende a focar atenção nas formas fetichizadas dos partidos políticos burgueses e apresentar uma visão “de cabeça para baixo” do sistema político ao invés de uma perspectiva “de cabeça para cima” da classe trabalhadora em luta. Ela tende a desviar a atenção da reestruturação menos dramática, mas muito significativa, da constituição política, um processo que é inerente à crise e reestruturação do capital. Esta reestruturação é de grande importância prática, porque ela coloca novos problemas para a estratégia socialista e abre novas oportunidades para a ação. As tentativas de recategorizar a população em termos de comunidades, regiões, nações, consumidores, genitores, participantes em um empreendimento, parceiros sociais de um tipo ou outro: estas compõem a crise-e-reestruturação da forma política, estas são as mudanças que criam, querendo ou não, novas formas de organização política e colocam novos problemas e novas oportunidades que não podem ser apagadas da existência por uma recusa da identificação “reducionista” da crise “econômica” e “política”. É importante entender as mudanças ocorrendo como um processo de reestruturação e potencial desestabilização. O problema com a simples tensão ou a defesa das velhas formas de estado, agora sendo superadas, é que não somente perde esta oportunidade, mas efetivamente a esmaga ao afirmar a neutralidade ou potencial neutralidade do estado.

2. *Forma estado e aparato de estado*: A luta para reformular as relações sociais do capitalismo não se dá apenas fora do aparato de estado, e não somente por meio da



ação desse aparato sobre a sociedade, mas também dentro do dele próprio. O antagonismo e o conflito que permeiam toda a sociedade capitalista estão presentes igualmente no aparato de estado. A resistência à opressão inscrita na forma estado não é somente externa ao seu aparato, ela se dá também dentro dele, tanto nas ações dos empregados do estado e representantes eleitos, quanto no comportamento dos “clientes” do estado lutando contra a opressão que parece implícita em suas relações com o estado. Frequentemente estes antagonismos são expressados simplesmente em atos individuais de rebelião com pouca consequência política, mas, as vezes, eles tomam formas mais significativas: organização de demandantes, trabalhadores da comunidade unindo-se a ocupantes em protestos contra a política de moradia do estado, trabalhadores do Conselho Comunitário de Saúde organizando trabalhadores para impedir as atividades da Autoridade de Saúde da Área, etc. Cada uma destas pode ser vista como tentativas de confrontar as definições opressivas implícitas no estado, de desafiar os limites da forma estado enquanto permanecerem dentro da moldura do aparato de estado.

Para conceituar estas lutas, parece inevitável que nós devamos fazer alguma distinção entre a forma estado e o aparato de estado. Já vimos que o conceito de forma estado é essencialmente crítico: seu propósito é enfatizar que o estado não pode ser compreendido como uma instituição autônoma, mas somente no contexto de suas interconexões históricas com as formas em desenvolvimento do capital. Não obstante, isso não significa que a instituição não exista; a forma deve ter alguma corporificação institucional. Portanto, é possível falar de uma “dupla dimensão” do estado como relação de dominação capitalista e como aparato (cf. Perez Sainz, 1979, p. 162). Agora, claramente, a forma não pode ter uma existência não corporificada. Ela é materializada por meio do desenvolvimento institucional do estado e da atividade dos seus agentes. De forma semelhante, o desenvolvimento institucional do aparato somente pode ser a expressão do desenvolvimento histórico das relações sociais.

Não obstante, a distinção entre forma e aparato adquire significância se nós olharmos o problema do ponto de vista do empregado (ou “cliente”) socialista do estado. Para os socialistas nesta posição, há pouca dúvida de que eles trabalham dentro do aparato de estado. Entretanto, seu problema como socialistas é modelar sua atividade diária de tal maneira que eles não ajam simplesmente como agentes para a reprodução das relações sociais capitalistas. Seu problema, em outras palavras, é





manter seu contato diário com o aparato de estado (pois isso é normalmente uma necessidade prática) e ainda combater o processamento da atividade social usualmente implícita nas ações do estado: trabalhar dentro do aparato de estado e ainda contra a forma estado. A extensão em que isso é possível dependerá da constelação geral das forças de classe, mas para os socialistas trabalhando dentro do (ou entrando em contato rotineiro com o) aparato de estado que não querem que seu socialismo se relacione apenas à atividade noturna e de fim de semana (portanto, consignando-se o destino de Sísifo, rolando a rocha do socialismo ao topo da colina de noite, somente para ver seu alter ego rolá-la para baixo novamente durante o dia), isto é um problema absolutamente inevitável.

Para pensar sobre o problema daqueles engajados em contato diário com o estado, então, é necessário distinguir entre o aparato de estado (como uma rede institucional de controles financeiros e administrativos) e o estado como uma forma das relações sociais capitalistas: a “dupla dimensão” do estado deve ser retida e explorada. Isto certamente não é sugerir que o aparato de estado é um local neutro para a luta de classes. Embora o aparato de estado deva ser distinguido da forma estado, seu modelo geral e suas minúcias detalhadas foram moldados pela imposição, no passado, de formas burguesas sobre a luta de classes. O aparato de estado pode ser visto como o fóssil institucional das lutas passadas para reproduzir as formas burguesas. Portanto, a conformidade de comportamento dentro do aparato de estado com as formas burguesas é normalmente mais ou menos garantida não somente pelos códigos informais de conduta, mas pela hospedagem de regulações administrativas e financeiras sustentadas pela força, que é o resultado institucional destas lutas passadas. O significado das estruturas organizacionais está constantemente mudando no curso da luta de classes, de forma que se torna, em circunstâncias particulares, mais ou menos significativo lutar dentro ou por meio do aparato de estado contra a forma estado, contra a constituição das relações sociais em uma base fetichizada. O sucesso ou fracasso de tal luta sempre dependerá da constelação geral das forças de classe e do grau de integração de tal luta ao processo geral de luta de classes. É impossível, portanto, definir *a priori* os limites desta luta. O ponto a ser retido, entretanto, é que a relação entre a forma e sua expressão institucionalizada não é a mesma no caso do estado como é no caso de uma empresa. A imposição da forma estado sobre o aparato de estado não se dá diretamente por meio da operação da lei do valor no mercado, de



modo que o problema dos limites em que a forma burguesa pode ser transcendida é diferente no caso do aparato de estado em relação ao caso de uma empresa individual.

O problema para o capital é manter as formas burguesas de relações sociais, crescentemente por meio (e, portanto, também dentro) da atividade do estado – mesmo se isso significar quebrar o aparato de estado a fim de manter a forma capitalista (e com isso, o estado) das relações sociais, como no caso da devolução regional ou independência política. O problema para os socialistas é romper a forma estado como uma parte integral do esmagamento das relações sociais do capitalismo. Para a maioria dos socialistas, especialmente aqueles que são empregados pelo estado ou entram em contato direto diário com ele, isto deve ao menos ocasionalmente envolver luta dentro ou por meio do aparato de estado contra a forma estado. Não há maneira pela qual esse problema possa ser evitado, não há maneira pela qual seja possível permanecer neutro em relação às classes em seu contato com o estado: ou se toma parte na fetichização das relações sociais ou se luta contra ela. Em anos recentes, a natureza opressiva da prática diária do estado foi mais frequentemente enfatizada pelos radicais libertários do que pelos socialistas, que, talvez, tenham sido muito cuidadosos com as limitações da prática dos radicais. A fraqueza dos experimentos radicais do início dos anos de 1970, entretanto, encontra-se não tanto no fato de que eles tentaram desenvolver práticas alternativas *antes* da revolução, mas no fato de que, primeiramente, eles não conceberam estas práticas como parte de um longo processo de revolução de *classe* e, em segundo lugar, suas práticas, sendo dirigidas à libertação do indivíduo ao invés da classe, foram reintegradas nas formas normais do intercâmbio burguês com relativa facilidade.

A extensão em que os socialistas podem agir por meio de instituições particulares do estado de maneira dirigida contra a forma estado (isto é, de uma maneira que levará ao fortalecimento da organização de *classe*) é sempre uma questão de táticas que mudam as formas de luta de classes e, conseqüentemente, as formas cambiantes do processo de constituição das relações políticas burguesas estão constantemente criando novas possibilidades de ação e fechando outras, conforme muda a relevância das instituições particulares para a luta de classes. Enquanto está claro que qualquer ruptura decisiva do estado como uma forma das relações sociais pressupõe o esmagamento do estado como um aparato, não se segue daí que devemos



esperar o esmagamento do aparato antes de dirigir nossa atividade contra os processos fetichizantes implícitos na forma estado.

3. *Contra a forma estado*: este artigo argumentou que muito da recente teoria do estado falhou em responder às formas em desenvolvimento da luta da classe trabalhadora. Análises do estado que enfocam conflitos fracionários dentro do aparato de estado, as determinantes e limitações da forma estado, ou as funções desempenhadas pelo estado podem ser (ou não) importantes, mas são de pouco auxílio direto aos socialistas (membros do partido ou não) que entram em contato diário com o aparato de estado. Pode ser importante para um trabalhador dos serviços sociais ou um demandante da seguridade social compreender o papel do gasto social do estado na reprodução do capital, mas nunca está claro como tal análise pode guiar o trabalhador dos serviços sociais ou demandante em sua atividade diária. Recusar a atividade diária do trabalhador dos serviços sociais ou do demandante da seguridade social como irrelevante para a superação do capitalismo ou irremediavelmente capitalista por natureza antes do grande dia do evento revolucionário não é somente inútil para a vasta maioria dos socialistas, que não são e não podem ser revolucionários profissionais em tempo integral, mas, em última instância, efetivamente reacionário, pois não há maneira pela qual o contato com o aparato de estado (ou qualquer outro aspecto da atividade social) possa sustentar-se fora da luta de classes.

Nós sugerimos que, a fim de começar a estabelecer as bases para uma compreensão da prática diária do estado, é necessário focar não nas funções, mas na forma do estado e desenvolver algumas das percepções encontradas no recente trabalho alemão, mas desenvolvê-las de uma maneira muito mais explicitamente política. O estado não desempenha simplesmente certas funções, mas as desempenha de certa maneira que categoriza (ou confirma a categorização das) classes em indivíduos, famílias, grupamentos superficiais de um tipo ou outro, todos abstraídos das relações de classe. E ainda é somente pela constituição de relações explicitamente de classe que a transição ao socialismo pode ser colocada firmemente na ordem do dia.

A tarefa, portanto, não é trabalhar por meio das formas burguesas para ganhar posições de “poder” e “influência” (a ilusão desesperançosa e destrutiva do Eurocomunismo), mas trabalhar *contra* estas formas, desenvolver por meio da prática material formas de contra-organização, formas de organização que expressem e consolidem a unidade subjacente da resistência à opressão de classe, formas de



organização que estejam em oposição às formas fetichizadas e fetichizantes da “política” e “economia” burguesas. O que é a revolução senão o processo de enfraquecimento e em última instância de ruptura com as formas burguesas de intercâmbio, um processo de destruição diária das formas burguesas como um prelúdio necessário para o declínio final que colocará uma base radicalmente nova para a luta<sup>23</sup>? Imaginar que se pode enfraquecer as velhas formas de intercâmbio trabalhando por meio delas não faz sentido.

Não é possível, no fim deste artigo, fazer aquilo para o que o próprio artigo não fornece bases: estabelecer um programa concreto para transcender a forma estado na prática diária. Tal análise somente pode ser baseada em uma análise histórica completa das formas burguesas cambiantes, uma análise que se encontra além do escopo deste artigo. Tal como se dá com a teoria das formas burguesas, uma teoria das formas anti-burguesas também não pode ser tirada de uma cartola a-histórica. O ponto mais básico, entretanto, que é válido para todas as sociedades burguesas, é que a única maneira de derrotar a exploração de classe é por meio da organização de classe. Portanto, para Pannekoek, o ponto chave sobre os conselhos operários como uma forma proletária de organização era que, em contraste com as formas burguesas da democracia representativa, eles eram especificamente baseados na classe, “*fundados não em pessoas, mas no trabalho*” (Pannekoek, 1919/1969, p. 137)<sup>24</sup>. Como isso pode ser alcançado, como nós podemos melhor desenvolver as formas de organização “fundadas não em pessoas, mas no trabalho”, como, em qualquer situação, as categorias de pessoa, comunidade, região, genitor, locatário, contribuinte, etc., devem ser minadas pela organização de classe, não pode ser respondido em um artigo geral como este. Não há resposta atemporal. Devemos estar atentos com os conceitos endurecidos de nossa tradição revolucionária.

Socialismo não é uma doutrina fixa, imutável. Conforme o mundo se desenvolve, a intuição das pessoas aumenta e conforme novas

---

<sup>23</sup> Cf. Pannekoek, 1920/1978, p. 118: “Certas condições devem ser preenchidas em qualquer sociedade para o processo social de produção e a existência coletiva serem possíveis, e estas relações adquirem a firme impressão de hábitos espontâneos e normas morais – senso do dever, laboriosidade, disciplina; na primeira instância, o processo da revolução consiste em um afrouxamento destas velhas relações”.

<sup>24</sup> Esta passagem aparece na discussão de Pannekoek da dissolução pelos Bolcheviques da Assembleia Constituinte. É interessante comparar a abordagem de Pannekoek com o tratamento de Poulantzas sobre o mesmo tópico (1978, p. 253) e, de forma geral, com o absurdo e infundado argumento deste no sentido de que o desenvolvimento do stalinismo na Rússia deve ser atribuído à confiança exclusiva dos Bolcheviques na democracia dos conselhos (o principal tema da parte final de Poulantzas, 1978).



relações vêm a existir, ali surgem novos métodos para alcançar nosso objetivo (Pannekoek, 1919/1974, p. 52).

### Referências bibliográficas

ANDERSON, P. **Lineages of the Absolutist State**. Londres: New Left Books, 1974.

ARISTÓTELES. **Política**. N.d.

AUTORENKOLLEKTIV. Klassenwebung und Staat in der Bundesrepublik. **Gesellschaft**, ns. 8-9, Frankfurt, 1976.

BARKER, C. A New Reformism?. **International Socialism**, 1979.

BEER, S. **Modern British Politics**. Londres: Faber and Faber, 1965.

BLANKE, B.; JÜRGENS, U.; KASTENDIEK, H. On the Current Marxist Discussion on the Analysis of Form and Function of the Bourgeois State. In: HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. (orgs.). **State and Capital: a Marxist Debate**. Londres: Edward Arnold, 1978.

CLARKE, S. Marxism, Sociology and Poulantzas' Theory of the State. **Capital and Class**, n. 2, 1977, pp. 1-31.

\_\_\_\_\_. Fractionalism and the Crisis of Accumulation in South Africa. **Capital and Class**, n. 5, 1978, pp. 32-77.

COCKBURN, C. **The Local State**. Londres: Pluto, 1977.

EDINBURGH CSE CUTS GROUP. I. State Form and State Apparatus; II. The Cuts and the Crisis of the State Form; III. State, Crisis and Transport; IV. The Crisis of the State and the Struggle against Bourgeois Forms. **CSE Conference Papers**, 1978.

FLATOW, S.; HUISKEN, L. Zum Problem der Ableitung des bürgerlichen Staates. **Prokla**, n. 7, 1973.

FOSTER, J. **Class Struggle in the Industrial Revolution**. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1974.

FOUCAULT, M. **Discipline and Punish**. Londres: Allen Lane, 1977.

FRITH, S. Education, Training and the Labour Process. **CSE State Expenditure Group paper**, mimeo, 1978.

GERSTENBERGER, H. Fetish and Control. **CSE Conference Papers**, 1977.

GRAMSCI, A. **Selections from the Prison Notebooks**. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.



HINTZE, O. **The Historical Essays of Otto Hintze**. Nova Iorque, 1975.

HIRSCH, J. The State Apparatus and Social Reproduction: Elements of a Theory of the Bourgeois State. In: HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. (orgs.). **State and Capital: a Marxist Debate**. Londres: Edward Arnold, 1978.

HOLLOWAY, J. State as Class Practice. **Research in Political Economy**, n. 3, 1979.

\_\_\_\_\_; PICCIOTTO, S. Capital, Crisis and the State. **Capital and Class**, n. 2, 1977.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (orgs.). **State and Capital: a Marxist Debate**. Londres: Edward Arnold, 1978.

LONDON CSE GROUP. Crisis, the Labour Movement and the Alternative Economic Strategy. **Capital and Class**, n. 8, 1979, pp. 68-93.

LONDON-EDINBURGH WEEKEND RETURN GROUP. Working for and Against the State. **CSE Conference Papers**, 1979.

LUKÁCS, G. **The Ontology of Social Being**. Londres: Merlin, 1978.

LUXEMBURG, R. **Social Reform or Revolution?** Londres, 1899.

MARX, K. **O Capital**. 3 volumes, 6 tomos. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e capital**. Lisboa/Moscú: Avante e Progresso, 1982.

\_\_\_\_\_; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

McCONNELL, G. **Private Power and American Democracy**. Nova Iorque: Vintage Books, 1966.

PANNEKOEK, A. Sozialdemokratie und Kommunismus. In: BRENDEL, C. (org.). **Neubestimmung des Marxismus**. Berlim: Karin Kramer Verlag, 1974.

\_\_\_\_\_. Bolchevisme et democratize. In: BRICIANER, S. (org.). **Pannekoek et les Conseils Ouvriers**. Paris: EDI, 1969.

PEREZ SAINZ, J. P. Commodity, State and Capital Reproduction: Basic Elements. **CSE Conference Papers**, 1979.

PICCIOTTO, S. Myths of Bourgeois Legality. **CSE Conference Papers**, 1977.

\_\_\_\_\_. **The Theory of the State, Class Struggle and the Rule of Law**. Mimeo, 1979.

POGGI, G. **The Development of the Modern State**. Londres: Hutchinson, 1978.

POULANTZAS, N. The Capitalist State: a Reply to Miliband and Laclau. **New Left Review**, n. 95, 1976.



\_\_\_\_\_. **State, Power and Socialism**. Londres: New Left Books, 1978.

REICHEL, H. Zur Staatstheorie im Frühwerk von Marx und Engels. In: HENNING et. al. **Karl Marx, Friedrich Engels: Staatstheorie**. Frankfurt: Ullstein, 1974.

ROBERTS, D. **Victorian Origins of the Welfare State**. New Haven (Connecticut): Yale UP, 1960.

RUBIN, I. I. Abstract Labour and Value in Marx's System. **Capital and Class**, n. 5, 1927/1928, pp, 107-139.

SOHN-RETHEL, A. **Intellectual and Manual Labour**. Londres: Macmillan, 1978.

WILENSKY, H. D.; LEBEAUX, C. N. **Industrial Society and Social Welfare**. Nova Iorque: Collier-Macmillan, 1965.

#### Sobre o autor

##### John Holloway

(Dublin, 1947) É professor na pós-graduação em sociologia do Instituto de Ciências Sociais e Humanidades "Alfonso Véllez Pliego", na Universidade Autônoma de Puebla, México. Publicou sobre teoria marxista, o movimento zapatista e as novas formas de luta anticapitalista. Seu livro "Mudar o mundo sem tomar o poder" já foi traduzido para 11 idiomas [no Brasil, pela Ed. Viramundo, 2003] e tem estimulado o debate em muitas partes do mundo. Mais informações sobre o autor podem ser consultadas em <<http://www.johnholloway.com.mx/>>

